

**Importância Socioeconômica da Terceirização na
Construção Civil**

**Sindicato das Empresas de Compra, Venda,
Locação e Administração de Imóveis Residenciais
e Comerciais de São Paulo – Secovi-SP**

**Minuta para Ajuste de Escopo
FGV Projetos**

14 de Dezembro de 2012

Sumário

1. OBJETO DA PROPOSTA	3
2. ANÁLISE DA QUESTÃO	3
3. ESCOPO DO TRABALHO	5
4. METODOLOGIA.....	5
5. PRODUTOS	9
6. PRAZO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....	10
7. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	11
8. EQUIPE RESPONSÁVEL	11
9. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	11
10. A FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS.....	12

1. OBJETO DA PROPOSTA

A presente proposta de prestação de serviços da **Fundação Getulio Vargas** para o **Secovi-SP** tem por objetivo a elaboração de um **análise sobre a importância socioeconômica da terceirização no setor de construção civil no Brasil**.

2. ANÁLISE DA QUESTÃO

Os benefícios sobre a produtividade derivados da especialização vêm sendo reconhecidos desde o início da análise econômica, permanecendo um grande tema recorrente. Na sua forma estilizada, calcada em padrões históricos, os processos de especialização são paralelos ao próprio processo de evolução na organização e tecnologia das atividades, com o advento da administração profissionalizada e nos sistemas computacionais, entre outros, todos associados à crescente complexidade dos modos de produção.

Em décadas recentes, os processos de especialização têm se estendido em escala para englobar processos produtivos dentro de firmas específicas, que assumem o papel de provedoras de serviços. Exemplos estilizados incluem as firmas de logística, limpeza e segurança contratadas por grande parte das empresas de médio e grande porte contratam para não ter que internalizar todos estes processos. Não só ficariam as firmas com centros de custos importantes nestas áreas como estariam expostas a redundâncias em atividades como treinamento, renovação de ativos de capital e contabilidade, gerando ineficiência para a economia como um todo.

Ocorre o mesmo processo de especialização através da terceirização no setor de construção civil. É virtualmente inviável, no presente, que uma única empresa absorva todos os elos da cadeia produtiva da construção em um cenário de crescente complexidade tecnológica da atividade e o aumento da demanda advindo da expansão do crédito e das atividades de infraestrutura do setor público.

Brevemente, enquanto a factibilidade e a arquitetura dos projetos de construção já foram subordinados a limitações técnicas, atualmente espera-se que os novos materiais e processos

sejam capazes de atender a demandas mais exigentes, tanto do ponto de vista estrutural como econômico. Além da estabilidade estrutural propriamente dita das edificações, atualmente têm importância e escopo crescente normas e códigos referentes a instalações hidráulicas, elétricas, sustentabilidade ambiental e à segurança – médica e em relação a acidentes – no trabalho, dentre outros. Existe, ademais, a pressão pela queda dos preços na construção civil advinda das demandas de projetos de moradia popular como o “Minha Casa Minha Vida”.

Dentro deste contexto, o estabelecimento de incorporadoras que se encarreguem das atividades estruturantes do projeto e terceirizem parcelas significativas do processo de construção para firmas especializadas é natural, e tem paralelos com setores industriais, especialmente com os segmentos mais sofisticados como o *hardware* de microcomputadores e similares. A contratação de firmas especializadas traz economias de escala e escopo, além de descentralizar as atividades de fiscalização, contratação e controle de qualidade.

Esta questão surgiu no contexto de questionamentos legais ao processo de terceirização como se dá normalmente em qualquer setor – através da contratação de empresas separadas para a realização de determinados serviços. Órgãos públicos como o Ministério Público vêm colocando em pauta a adição de um termo de “ajuste de conduta” a contratos já firmados que implicaria no compartilhamento de riscos e responsabilidades entre a incorporadora e as empresas contratadas.

Do ponto de vista da análise econômica, estes questionamentos podem implicar efetivamente na dissolução das relações de terceirização e a imposição de um novo regime cooperativo que não faz parte da função de produção da construção civil, não sendo por esta razão compatível com a contratação das obras de infraestrutura tão necessárias no Brasil no presente e nos próximos anos. Embora as motivações do Ministério Público sejam plausíveis – citando-se em particular a segurança no trabalho – os mecanismos que se propõe usar parecem inapropriados. A questão trabalhista, por exemplo, é inteiramente independente da terceirização, cabendo aos procedimentos normais de fiscalização nos ambientes de trabalho cuidar da segurança de trabalhadores em firmas terceirizadas.

A presente minuta técnica refere-se a uma proposta de elaboração de um estudo, sob a ótica da análise econômica, sobre os benefícios e a importância da terceirização no caso do setor de construção civil no Brasil. Como aludido acima, a terceirização permite que aqueles que

conhecem melhor uma atividade específica, sendo mais capazes de produzir e fiscalizar, tomem parte dos projetos de construção, o que assegura simultaneamente uma ordem econômica mais distribuída e uma eficiência maior nos processos, além de gerar externalidades positivas e impactos socioeconômicos.

3. ESCOPO DO TRABALHO

O escopo do trabalho é dividido em 3 (três) Etapas, que deverão constar de um relatório a ser elaborado durante a realização dos trabalhos. Estas Etapas são:

- **Etapa 1:** Aspectos microeconômicos dos processos de terceirização e aplicação ao setor;
- **Etapa 2:** Análise de impactos macroeconômicos, através da propagação da atividade do setor de construção civil ao longo das cadeias produtivas; e
- **Etapa 3:** Importância social e Externalidades positivas geradas pela atuação do setor.

4. METODOLOGIA

A importância econômica do setor pode ser dividida entre *impactos quantificáveis* (largamente concentrados na Etapa 2) e *efeitos não-quantificáveis* (explorados principalmente nas Etapas 1 e 3). Por impactos quantificáveis entende-se a importância do setor como demandante de outros setores da cadeia produtiva, gerando produção, renda e emprego, enquanto que os impactos não-quantificáveis consistem de efeitos positivos da presença do setor, tais como externalidades econômicas e sociais.

Etapa 1- Aspectos Microeconômicos da Terceirização

Esta Etapa compreende, de maneira ampla, duas atividades:

- Análise microeconômica dos processos de terceirização; e
- Aplicações às particularidades do setor de construção civil.

Esta Etapa terá como ponto de partida uma revisão da literatura mais recente relacionada ao assunto para construir um arcabouço analítico incorporando os trabalhos acadêmicos mais atualizados referentes à questão da terceirização.

A abordagem analítica deverá ser primariamente qualitativa, com evidências corroborativas quantitativas quando isto for compatível com as recomendações da teoria. Análises qualitativas aprofundadas fundamentam as principais aplicações da teoria econômica nos seus diversos campos, além de trazer luz sobre fenômenos microeconômicos sobre os quais medição detalhada frequentemente não é possível.

Além de uma abordagem detalhada de tópicos tais como os aludidos na Introdução desta minuta, tomando partido de todo o conhecimento da teoria econômica, será feita uma avaliação qualitativa, quando possível orientada por dados setoriais, sobre as especificidades do setor de construção civil no que se refere ao papel da terceirização.

Serão destacados casos nos quais os impactos da terceirização geralmente vistos são mais intensos no setor construção civil, bem como benefícios sobre a produtividade específicos ao setor. A Etapa poderá ser encerrada com um sumário dos principais pontos e argumentos presentes no texto.

Etapa 2: Impactos Macroeconômicos ao Longo da Cadeia Produtiva

Esta Etapa compreende a estimação do impacto do setor de construção civil sobre a economia brasileira como um todo, através de uma análise quantitativa dos seus vínculos com outros elos da cadeia produtiva. Este procedimento terá como ponto de partida uma consolidação do perfil setorial dos gastos do setor, e produzirá como resultados as seguintes categorias de impacto:

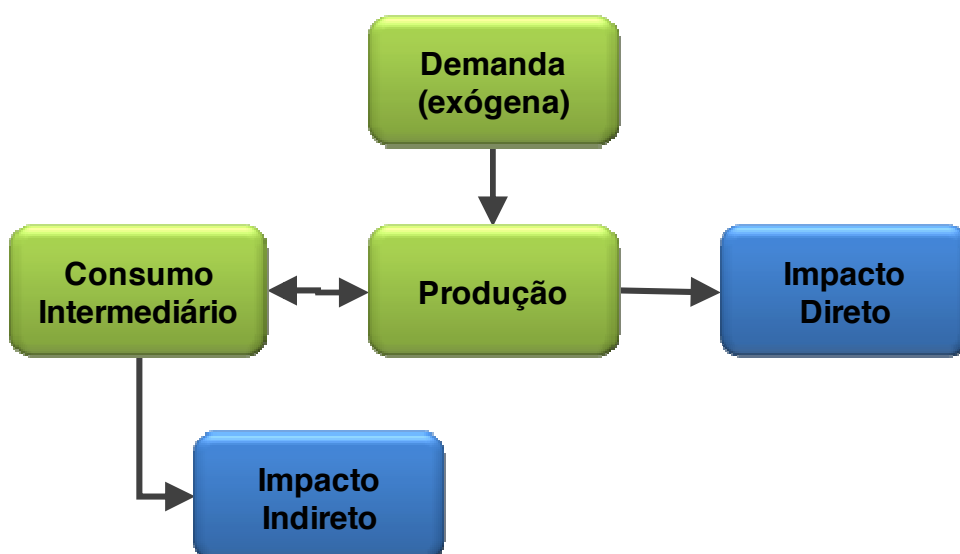
- Emprego;
- Renda;
- PIB; e
- Arrecadação de impostos sobre a produção.

Estes impactos são medidos através nos seguintes segmentos:

- *Efeitos diretos* da atividade do setor, resultantes da produção do setor;
- *Efeitos indiretos*, causados pelas relações de consumo intermediário entre as atividades que compõem os elos da cadeia produtiva ligada aos setores que participam da função de produção do setor de Construção Civil;
- Quantificação da importância dos diversos elos produtivos;
- Ligações para frente e para trás na cadeia.

Para chegar a estes resultados, será utilizada uma metodologia central baseada na técnica de matriz insumo-produto. Para tanto, será utilizada a **Matriz Insumo-Produto Nacional** do **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. A arquitetura da metodologia de produção encontra-se ilustrada pela **Figura 1** a seguir.

Figura 1
Metodologia da Matriz Insumo-Produto



A **Matriz Insumo-Produto Nacional** do **IBGE** engloba 110 produtos (bens e serviços) e 55 atividades econômicas. Será desenvolvido e aplicado um algoritmo de atualização desta matriz,

além do uso dos dados setoriais mais recentes divulgados pelo **IBGE** bem como dados de outras pesquisas oficiais, a saber:

- **Sistema de Contas Nacionais** – Elaborado com base na **Matriz Insumo-Produto**, consiste em um conjunto de tabelas (as **Tabelas de Recursos e Usos de Bens e Serviços** e as **Contas Econômicas Integradas**) que descrevem os fluxos de produção e consumo intermediário entre os setores da economia, os domicílios, a administração pública e o setor externo. Constitui ferramenta fundamental para o cálculo consistente e análise detalhada do **Produto Interno Bruto** nacional; e
- **Contas Regionais do Brasil** – Detalham os componentes do valor da produção das diversas atividades econômicas em todas as **Unidades Federativas** do país, em cada um dos anos analisados. Elaborado com base nas pesquisas setoriais e domiciliares do **IBGE**, este sistema de contas decompõe o **Produto Interno Bruto** nacional em sua ótica da produção, permitindo analisar o consumo intermediário e o valor adicionado da economia a nível regional, estruturada em 17 setores, de forma compatível com a agregação adotada no **Sistema de Contas Nacionais**.
- **Pesquisa de Orçamento Familiar** – Pesquisa por amostragem realizada pelo **IBGE** contendo informações sobre a estrutura de gastos das famílias em todo o país.

Para melhor alcançar os objetivos desta proposta, serão realizados também cruzamentos com bases de dados que estejam relacionadas ao consumo familiar, faixa de renda, região, entre outros quesitos necessários ao objeto deste projeto.

Etapas 3: Importância Social e Externalidades Positivas Geradas pela Atuação do Setor

A exemplo da Etapa 1, esta Etapa tem caráter primariamente analítico, utilizando-se dos conhecimentos e critérios da análise econômica, atualizada por uma revisão da literatura recente, para produzir um estudo qualitativo. Diferentemente daquela Etapa (e de maneira mais similar ao Etapa 2), o alvo da análise é sistêmico, procurando-se qualificar a importância da atuação do setor para a economia como um todo e para a sociedade em geral.

Na teoria econômica, os resultados da atividade de uma firma ou setor que não são realizados como lucro, distribuindo-se pela sociedade são conhecidos como *externalidades*. Existe uma rica literatura sobre o assunto, mostrando a existência de diversas categorias de externalidades. Em caráter preliminar, algumas se destacam quando se fala em construção civil, tais como:

- Economias de locação, entre outras razões por gerar polos econômicos concentrados durante as atividades de construção;
- Formação de capital humano (treinamento e *learning-by-doing*);
- *Spill-overs* de capital humano, nos quais mão de obra que não foi treinada diretamente se valoriza pela proximidade àquela da atividade;
- Difusão tecnológica e de normatização, haja vista que para que haja interoperação com a incorporadora as firmas terceirizadas devem atender a padrões técnicos e de segurança no trabalho; e
- Compartilhamento de riscos financeiros que de outra maneira seriam difusos, com impactos microprudenciários (por exemplo, sobre o custo com seguros) benéficos a todas as firmas envolvidas.

Estes tópicos servirão de ponto de partida para uma pesquisa detalhada sobre os diversos aspectos do fenômeno em questão. A Etapa poderá ser encerrada com um sumário dos principais pontos e argumentos presentes no texto.

5. PRODUTOS

Serão elaborados dois Produtos, quais sejam:

- **Relatório Preliminar**, compreendendo, de forma preliminar, os resultados associados às seguintes Etapas:
 - Etapa 1 – Aspectos Microeconômicos da Terceirização;
 - Etapa 2 – Impactos Macroeconômicos ao Longo da Cadeia Produtiva; e
 - Etapa 3 – Importância Socioeconômica e Externalidades Geradas pelo Setor.

- **Relatório Final**, contendo os resultados das etapas mencionadas acima em versão definitiva.

6. PRAZO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para a realização dos serviços objeto da presente proposta, a **FGV** estima um prazo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de início do projeto, conforme apresentado na **Tabela 6.1** a seguir.

Tabela 6.1
Cronograma de Execução

Discriminação	Meses		
	1	2	3
Etapas 1 - Aspectos Microeconômicos da Terceirização			
Revisão da Literatura			
Análise Microeconômica dos Processos de Terceirização			
Aplicações às Particularidades do Setor de Construção Civil			
Etapas 2 - Impactos Macroeconômicos ao Longo da Cadeia Produtiva			
Consolidação da Metodologia de Cálculo e Bases de Dados			
Elaboração dos Resultados Quantitativos			
Consolidação dos Resultados			
Etapas 3 - Importância Social e Externalidades Geradas pela Atuação do Setor			
Revisão da Literatura			
Análise das Externalidades Aplicáveis ao Setor			
Produtos			
Produto 1 - Relatório Preliminar			●
Produto 2 - Relatório Final			●

Observa-se que a **data de início do projeto** será estipulada quando da contratação dos serviços, podendo ser a **data de assinatura do contrato**, a **data da publicação em Diário Oficial**, a **data de Autorização de Serviço** ou de **Ordem de Serviço**, bem como qualquer outra constante de documento que o **Secovi** julgar pertinente.

Quaisquer alterações na programação deverão ser comunicadas tanto pela equipe de trabalho da **FGV**, quanto pela do **Secovi**, e serão documentadas por meio de correspondência oficial à outra parte interessada, para análise e validação, para que, a partir de então, tais alterações sejam devidamente formalizadas.

A conclusão do projeto se dará a partir da data de entrega de todos os produtos e da efetiva quitação de todas as parcelas.

7. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta de prestação de serviços da **Fundação Getulio Vargas** tem validade de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de seu encaminhamento.

8. EQUIPE RESPONSÁVEL

Para coordenar os trabalhos propostos neste documento, a **FGV** alocará os seguintes profissionais:

Diretor do Projeto	Ricardo Simonsen
Supervisor	Francisco Eduardo Torres de Sá
Coordenador Geral	Fernando Blumenschein

Além desses profissionais, a **FGV** alocará uma equipe pertencente ao seu quadro técnico, utilizando, também, caso necessário, o apoio técnico especializado de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, que deverão atuar sob sua orientação, cabendo à **FGV** a responsabilidade técnica pela execução das tarefas. Para garantir a dinâmica dos trabalhos, uma equipe auxiliar também será destacada.

9. TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A **Fundação Getulio Vargas** se compromete a garantir o tratamento confidencial das informações levantadas e/ou fornecidas pelo **Secovi-SP**, e assume as seguintes obrigações:

Não divulgar quaisquer informações relativas aos serviços prestados a terceiros, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação; e

Não utilizar a documentação associada com os trabalhos para fins não aprovados por escrito pelo **Secovi-SP**, nem facilitar de qualquer maneira tal divulgação.

Os compromissos acima não abrangem informações que: (a) eram do conhecimento da **FGV** anteriormente, não estando sujeitas à obrigação de serem mantidas em sigilo; (b) sejam reveladas a terceiros pela parte que as forneceu à **FGV**, isenta de restrições; (c) estejam ou se tornem publicamente disponíveis por meio diverso salvo a revelação não autorizada pela **FGV**; (d) tenham sido exigidas por ordem judicial ou administrativa.

Além disso, a **FGV** considera que todos os resultados dos estudos relativos à presente proposta, desenvolvidos sob responsabilidade direta dos profissionais da **FGV**, serão de propriedade do **Secovi-SP** e formulados, apresentados e divulgados estritamente em seu nome.

10. A FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Criada em 1944, a **FGV** é uma entidade sem fins lucrativos que apresenta uma extensa folha de serviços prestados à comunidade técnico-científica-empresarial e à sociedade como um todo. A tradição, aliada à eficácia e à eficiência de sua atuação, constitui a marca registrada desta Instituição.

No campo dos projetos, a **FGV** se diferencia por agregar aos seus trabalhos o seu maior patrimônio: a credibilidade, estabelecida ao longo do tempo pela segurança e competência em tudo o que faz.

As rápidas e eficientes formulações de grupos multidisciplinares de altíssima qualificação técnica permitem a prestação de serviços em suas diversas áreas de conhecimento.

A rica vivência prática, nos setores público e privado, de seus especialistas detentores de sólida formação acadêmica e os valores fundamentais que caracterizam e distinguem a instituição garantem resultados que só uma organização como a **Fundação Getulio Vargas** pode atingir.